Esta ordem, não publicada na época, foi ressuscitada em 1817, quando da revolução de Pernambuco e da conspiração de Gomes Freire em Lisboa. Os tempos exigiam cautela e repressão da parte da autoridade. Há informação de que o jornal de Hipólito da Costa era lido no Rio Grande do Sul, até que o governador D. Diogo de Sousa o proibisse, como no Pará, até que o governador D. Narciso de Magalhães o apreendesse: os dois atos são de 1810.

De qualquer forma, duas coisas parecem certas: uma é que a perseguição ao Correio Brasiliense sofreu altos e baixos, não sendo a mesma ao longo do tempo e em todos os lugares; outra, é que foram repetidos os entendimentos das autoridades com Hipólito da Costa, mesmo de pessoas acreditadas por D. João para esse fim. As perseguições, segundo alguns, não partiram do príncipe, mas de subordinados seus, inclusive ministros. Com a revolução do Porto, em 1820, as perseguições cessaram e o jornal passou a circular normalmente no Reino e no Brasil. Era vendido aqui, a 1\$280 o exemplar, segundo anunciava o mercador J. J. Dodsworth. Por esse tempo, o Correio Brasiliense já não desempenhava o mesmo papel de relativo destaque, fosse porque surgira a imprensa, realmente, no Brasil, com órgãos que refletiam mais de perto a opinião, fosse porque o jornal de Hipólito da Costa já não tinha condições para, do estrangeiro, acompanhar, sentir e transmitir o que interessava aos brasileiros.

Até onde teria influído, realmente, o Correio Brasiliense na opinião brasileira do tempo? É problema sobre o qual algo se pode deduzir, mas não se pode afirmar muito. Desde logo, é preciso frisar quão pouca seria a gente capaz de ler um periódico desse tipo, o doutrinário, no Brasil dos Primeiros lustros do século XIX. Depois, é ainda necessário verificar, ou estimar, quais os grupos, camadas ou classes sociais receptivos à pregação de Hipólito. Parece evidente que, sendo o problema fundamental, na época, o do rompimento do regime de monopólio, a que o Correio Brasiliense dera a sua adesão desde o início, refletindo os interesses da burguesia inglesa mais do que os daqueles grupos, camadas ou classes no Brasil, haveria aqui, pelo menos em potencial, elementos capazes de receber e assimilar a doutrinação mensal que lhes era oferecida. Disso não parece restar dúvida.

Dois fatores, entretanto, enfraqueceram os efeitos daquela doutrinação: a lenta tomada de consciência da necessidade de liquidar o regime de monopólio, e o fato de que a abertura dos portos, em janeiro de 1808, ainda com as limitações do decreto de junho, resolvia o problema. Ora, o Correio Brasiliense apareceu com os portos já abertos: a reivindicação fora atendida, e não por força de luta, de conquista, mas por força das circuns-